

# Influxos teóricos na luta armada: a Dissidência Comunista da Guanabara

Higor Codarin

Doutorando em História  
Universidade Federal Fluminense (Brasil)

### **Influxos teóricos na luta armada: a Dissidência Comunista da Guanabara**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir as referências teóricas das organizações políticas da esquerda armada brasileira que propuseram o enfrentamento à ditadura civil-militar. Analisando, de forma pormenorizada, a linha política de uma das organizações que empreendeu a luta armada contra a ditadura – a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB/MR-8) – buscamos remontar a miscelânea de referências teóricas que balizaram a opção da organização pelas armas, por vezes não congruentes entre si e apropriadas de forma seletiva. Dessas análises conjunturais e teórico-estratégicas, expressas na linha política, visamos demonstrar, às voltas com as comemorações de sessenta anos da revolução cubana e dos cinquenta anos de 1968, a forte influência – apesar das divergências – dos dois fenômenos na opção e consolidação da luta armada como estratégia para realização da revolução brasileira.

**Palavras-chave:** 1. Luta armada; 2. Ditadura; 3. Esquerda revolucionária

### **Theoretical influences on armed struggle: the Guanabara's Communist Dissent**

**Abstract:** This article aims to discuss the theoretical references of the political organizations of the Brazilian armed left that proposed the confrontation with the civil-military dictatorship. Analyzing, in detail, the political line of one of the organizations that started the armed struggle against the dictatorship - the Communist Dissent of Guanabara (DI-GB / MR-8) - we sought to reassemble the miscellany of theoretical references that marked the organization's choice weapons, sometimes not mutually congruent and selectively appropriated. From these conjuncture and theoretic-strategic analysis, expressed in the political line, we intend to demonstrate, with the celebrations of sixty years of the Cuban revolution and the fifty years of 1968, the strong influence - despite the divergences - of the two phenomena in the choice and consolidation of the armed struggle as a strategy for the realization of the Brazilian revolution.

**Keywords:** 1. Armed struggle; 2. Dictatorship; 3. Revolutionary Left

O golpe de 1964 pôs fim às perspectivas da revolução nacional-democrática, anti-imperialista e anti-feudal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal força hegemônica de esquerda naquele contexto. Delineada, em especial, na Declaração Sobre a Política, de março de 1958, e referendada no V Congresso do partido, realizado em 1960, a leitura conjuntural do PCB apontava para uma visão dualista da sociedade brasileira. Por um lado, reconhecia certo desenvolvimento capitalista no meio urbano. Por outro, indicava atraso nas relações sociais no meio agrário, onde predominavam resquícios feudais que, acrescidos à dominação imperialista, mantinham distante a possibilidade de desenvolvimento autônomo do Brasil. Portanto, à leitura conjuntural, preconizava-se a construção de uma frente ampla e heterogênea, incluindo a burguesia patriota, para realização, de início, de uma revolução democrático-burguesa, promovendo o desenvolvimento capitalista no Brasil, para posteriormente realizar a revolução socialista, esta sim com poder de emancipação do proletariado, consolidando a concepção do processo revolucionário seguir por etapas. Nesta perspectiva, enxergavam na figura de João Goulart a personificação deste primeiro processo, que ocorreria dentro “da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização das massas” (CARONE, 1982, p. 192). No entanto, o golpe contra Jango, no dia 31 de março, com pouquíssima resistência, enterrou essa perspectiva.

Mais do que sepultar a perspectiva política, o golpe de 1964 instaurou um processo amplo de autocríticas no interior do partido, que consolidou, em curto espaço de tempo, diversas cisões, pela cúpula e pelas bases, das quais o partido não mais se recuperaria. As críticas que resultaram em cisões, de modo geral, elegiam, impiedosamente, desvios de direita do partido como principais responsáveis pela conjuntura resultante. Desvios que teriam impulsionado o partido em uma prática política *reboquista* – com relação a João Goulart e,

consequentemente, à burguesia – *etapista* e, sobretudo, *pacifista*.<sup>1</sup> Todas refletiam uma necessidade candente de oposição à inação do partido. O PCB havia se tornado o principal *bode expiatório* do desastre que assolou a esquerda brasileira. Assim, para os críticos, o tempo era de ação. Irrompia no horizonte a perspectiva de refundar a esquerda nacional, com objetivo de torná-la, efetivamente, revolucionária.

As diversas organizações que surgiram nesse contexto buscavam responder, na prática, a postura política que tanto criticavam no PCB, ao constituírem-se enquanto organizações autônomas. Contudo, para isso, era necessário contraporem-se, também e principalmente, às perspectivas teóricas conjunturais e tático-estratégicas do “Partidão”. Neste sentido, os críticos buscavam novos referenciais teóricos, encontrando respaldo em novas análises sobre a realidade brasileira e, em relação às perspectivas tático-estratégicas, nas revoluções comunistas ao redor do globo que emergiam, sobretudo, de países periféricos e, através de suas sistematizações, difundiam seus respectivos modelos revolucionários. Em conjunto, a miscelânea de referências legitimava a ruptura com o partido e impelia a novas formas de luta política para realizar a idealizada revolução brasileira. Dentre as diversas organizações, estava a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) que, mais tarde, se intitularia Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Formada no seio do movimento estudantil do Estado da Guanabara<sup>2</sup>, atual cidade do Rio de Janeiro, estruturou-se, inicialmente, a partir dos centros acadêmicos de Filosofia e Direito da Universidade do Brasil, posteriormente rebatizada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Configurando-se como fração clandestina ao PCB ainda antes do golpe, foi a primeira, das diversas

---

<sup>1</sup> Para maior profundidade sobre o caráter geral das críticas ao PCB, ver: Reis Filho (1990); Gorender (2014); Ridenti (2010).

<sup>2</sup> O estado da Guanabara corresponde à atual cidade do Rio de Janeiro. Criado em 1960, após a transferência da capital federal para Brasília, tinha por objetivo a manutenção do prestígio político da antiga capital federal. Foi mantido até 1975.

bases estudantis do partido<sup>3</sup>, a cindir com o partido, em 1966, em imbróglgio envolvendo a campanha eleitoral. Após a cisão, adquiriu significativa capilaridade nos diversos campi e universidades do Estado da Guanabara, principalmente pela tática política desenvolvida, apoiada, sobretudo, nas reivindicações estudantis. Assim, conquistou papel relevante enquanto vanguarda política do movimento estudantil – principal referência de oposição à ditadura nesse contexto –, que atingiu seu ápice com a Passeata dos Cem Mil, em 1968, fato que a fez conquistar significativa quantidade de novos militantes. No ano seguinte, em abril, realizaria sua 3ª Conferência, que concretizou, oficialmente, a via da luta armada como estratégia revolucionária. O documento político<sup>4</sup>, fruto da conferência, foi o resultado das diversas leituras e discussões políticas realizadas ao longo dos anos anteriores, temperadas pelo avanço da política repressiva da ditadura, que adquirira nova roupagem com o decreto do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

A análise da opção pelas armas através do documento político de abril de 1969, relacionada às referências teóricas e ao contexto internacional, é de fundamental importância para reconstruirmos o imaginário das organizações e dos militantes que as compunham, propulsoras da perspectiva de que a

---

<sup>3</sup> Além da DI-GB, organizaram-se no interior do PCB: Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), que se tornaria o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Dissidência do Rio Grande do Sul (DI-RS) que formaria o Partido Operário Comunista (POC) com remanescentes da Política Operária (POLOP); Dissidência de São Paulo (DI-SP) que se integraria à Ação Libertadora Nacional (ALN) ou à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e VAR-Palmares; Dissidência da Bahia (DI-BA), que promoveria uma fusão com a DI-GB; e, Dissidência de Minas Gerais (DI-MG) que integraria a CORRENTE.

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que o documento que serviu como linha política da DI-GB não tem um título. Como a primeira parte refere-se à análise da conjuntura internacional, o documento mimeografado passou aos arquivos com o nome de seu primeiro subtítulo: “Situação Internacional”. Nesse sentido, além da análise da conjuntura internacional, estão presentes uma análise da conjuntura nacional e avaliações teórico-estratégicas para a mobilização revolucionária. Este documento e um outro, de nome “Orientação para a Prática”, de janeiro de 1971, foram condensados e transformados em um na compilação de diversos documentos referentes às organizações de esquerda brasileiras do período, realizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (1985). Contudo, o documento de 1971 guarda significativas divergências com o documento analisado para o presente artigo e não reflete o movimento de adesão à luta armada, mas, principalmente, a necessidade de manutenção da opção pelas armas a despeito das constatações que evidenciavam seu fracasso político dois anos depois da adesão às armas. Sendo assim, por não atingir o objetivo proposto, não o analisaremos aqui. Contudo, este e outros documentos foram analisados, de forma pormenorizada, em outro momento. Para maiores detalhes, ver Codarin (2019).

revolução estava ao alcance das mãos e de que o mundo rumava em direção ao socialismo. Apropriadas seletivamente, impulsionaram não apenas a DI-GB mas, em certa medida, a miríade de organizações políticas de esquerda, surgidas nesse contexto, a empunharem armas contra a ditadura civil-militar brasileira<sup>5</sup> na construção do socialismo.

### Conjuntura internacional e os modelos revolucionários

A linha política da DI-GB estruturou-se, basicamente, em três segmentos: conjuntura internacional, nacional e propostas tático-estratégicas. De início, o documento propõe uma análise sobre a situação do capitalismo em escala mundial. Ancorada na visão de Lênin sobre o desenvolvimento do capitalismo da fase livre-concorrencial para a fase monopolista, presente, principalmente, em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, a Dissidência constatava que houve uma transformação, na primeira metade do século XX, do caráter do imperialismo, “que evoluiu de sua fase colonialista – caracterizada pela exportação de produtos manufaturados dos países metrópoles em troca de matérias primas dos países submetidos – para sua fase monopolista, onde o que se dá é a exportação de capitais.” Na esteira, construía a visão sobre o Estado Monopolista, plasmando a leitura de Lênin sobre o imperialismo à leitura do revolucionário bolchevique sobre o caráter do Estado burguês, presente em *O Estado e a Revolução*, evidenciando que o Estado, nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, “(...) é a identificação extrema e absoluta entre o poder econômico e o governo, sustentados por uma poderosa e racional máquina burocrática-militar” (DI-GB, 1969, p. 1).

Nesta perspectiva, mantendo a visão de Lênin sobre o imperialismo ser “a antecâmara do socialismo”, a Dissidência construía a visão sobre o

---

<sup>5</sup> Optamos pela utilização do termo “civil-militar” ao nos referenciar a ditadura. A consolidação do termo “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese e manutenção do golpe e da ditadura ao longo de seus vinte e um anos de existência. No entanto, devemos citar que não propomos uma atribuição genérica à responsabilidade da sociedade. Utilizamos o termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, apoiando-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti. Para maiores detalhes, ver Ridenti (2016).

protagonismo dos países periféricos na vanguarda pela internacionalização do socialismo. Segundo o documento, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a contradição principal no campo internacional “(...) existente entre capital e o trabalho, se explicita, ao nível da luta de classes, como a contradição entre as massas assalariadas dos países subdesenvolvidos e o imperialismo com as burguesias locais” (*ibid.*, p. 1). Para isso, além das referências clássicas já citadas de Lênin, os dissidentes apoiavam-se em duas principais influências.

A primeira: teórica, com relação à leitura conjuntural internacional<sup>6</sup>. Na década de 60, notabilizou-se a produção teórica do marxismo norte-americano, em especial, dos editores da revista *Monthly Review*, Paul Sweezy e Paul Baran, em sua leitura sobre o capitalismo monopolista e, conseqüentemente, relacionada ao papel dos Estados Unidos neste sistema. Tentando compreender o capitalismo de seu tempo, em ensaio denominado *Capitalismo Monopolista*, constatavam que:

“A hierarquia das nações que constituem o sistema capitalista é caracterizada por um complexo de relações de exploração. Os que estão na cúpula exploram, em graus variados, todas as camadas inferiores, e os que estão em determinado nível exploram os colocados em posição inferior, até chegarmos à camada mais baixa, que não tem ninguém para explorar” (Baran & Sweezy, 1966, p. 181).

Portanto, continuam os autores:

“a luta de classes em nossa época foi totalmente internacionalizada. A iniciativa revolucionária contra o capitalismo, que nos dias de Marx pertencia ao proletariado dos países adiantados, passou às mãos das massas empobrecidas dos países subdesenvolvidos, que lutam para libertar-se do domínio e exploração imperialistas” (*ibid.*, p.18).

---

<sup>6</sup> Sobre esse ponto, faz-se necessária uma explicação. Todos os autores que relacionaremos a pontos da linha política foram citados em entrevistas e/ou os encontramos nos “Autos de apresentação e apreensão” que se sucediam às invasões dos apartamentos dos militantes pelos órgãos de repressão, disponíveis no acervo *Brasil: Nunca Mais* (BNM). Para maiores detalhes, ver: BNM 076, p. 44-50. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. Acesso em: 7/3/2019.

Em síntese, aos países periféricos, “a única estrada do progresso leva diretamente para fora do sistema capitalista” (*ibid.*, p. 22). Além da leitura teórica, exerceu forte influência para a perspectiva de protagonismo dos países periféricos, as revoluções vitoriosas que ocorriam ao redor do globo. Sobre essa influência nos deteremos com maior profundidade, pois, conforme veremos, para além da influência sobre a importância dos países periféricos há, sobretudo, influência sobre a estratégia revolucionária. Portanto, sintetizaremos esses dois fatores do mesmo processo.

Trataremos aqui das seguintes revoluções: China, Cuba, Vietnã e Argélia. Deflagradas em países periféricos, colocavam na ordem do dia a possibilidade de derrota do imperialismo, seja japonês, francês ou norte-americano, constituindo-se, ao olhar dos dissidentes, “em exemplo para os movimentos revolucionários, influenciando e impulsionando os povos explorados e o proletariado internacional na luta de classes” (DI-GB, 1969, p. 1). De todas as revoluções derivaram exercícios teóricos com objetivo de sistematizar as experiências apreendidas dos respectivos processos revolucionários e, de algum modo, influenciaram na construção teórica da DI-GB. Sobre a luta de libertação nacional da Argélia, temos como principal expoente a obra do ensaísta Franz Fanon, *Os condenados da Terra*, originalmente publicada em 1961, que propõe, como resposta ao processo violento desumanizador da colonização, a violência do colonizado, que simultaneamente ao processo de libertação nacional, o humanizaria. Com relação ao Vietnã, havia os textos de Ho Chi Mihn, sobre a guerra de guerrilhas contra as tropas francesas. Ambas, tinham em comum, apesar das diferenças, a violência como única possibilidade nos embates pela emancipação nacional, influenciando, de modo genérico, na opção pelas armas.

Ademais, com um poder de influência mais claro, apresentam-se as propostas teóricas que resultaram das revoluções chinesa e cubana. Da Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949, dirigida política e teoricamente por Mao Tsé Tung, derivou o *maoísmo*, que adquiriu proporções significativas no contexto mundial. Logo após a revolução, segundo Daniel Aarão Reis Filho, a teoria política do revolucionário chinês:

“aparece como estratégia revolucionária para a tomada do poder político na China e, neste sentido, foi caracterizado como uma aplicação criadora do marxismo-leninismo às condições históricas



chinesas, ou ainda, em outras palavras, como uma concepção que fora capaz de efetivar a *sinização* do marxismo. Quase simultaneamente, mas numa outra dimensão, a via revolucionária chinesa será apresentada como um caso exemplar para as demais sociedades asiáticas, em particular, e para o conjunto dos povos explorados e oprimidos em geral. Neste registro, o maoísmo já aparece com uma nova qualidade, a de um *modelo revolucionário* para a emancipação dos povos dependentes e/ou colonizados” (REIS FILHO, 2003, p. 161).

Com o desenvolvimento do desentendimento entre China e União Soviética (URSS), decorrência direta do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, que resultou no cisma sino-soviético, a China passa a disputar a hegemonia soviética no movimento comunista internacional. Assim, na década de 60, adquiriria maior protagonismo dentre os comunistas brasileiros.

Ademais, com poder de influência muito maior, temos a Revolução Cubana, de 1959<sup>7</sup>. Pela proximidade geográfica e, sobretudo, histórica, o processo revolucionário cubano que, a princípio, tinha caráter de libertação nacional, com objetivo de depor o ditador Fulgêncio Batista, e foi, posteriormente, em direção ao socialismo, teve um impacto bastante amplo na esquerda armada em geral e, em especial, na Dissidência.

Se o processo revolucionário em si gerava simpatia nos comunistas brasileiros, em especial pela existência e sobrevivência de um país comunista, no contexto da Guerra Fria, vizinho dos Estados Unidos, as análises produzidas posteriormente à revolução, na tentativa de criação de um novo modelo revolucionário que atenderia, principalmente, ao contexto social específico da América Latina, elevaram ainda mais o poder de influência da revolução que transformou Cuba no “primeiro território livre da América Latina”, como se dizia na época. Conhecidas como *foquismo*, as sistematizações que influenciaram, de modo geral, a esquerda armada brasileira foram as propostas por Ernesto Che Guevara, em *A guerra de guerrilhas*, publicada originalmente em 1960, e, principalmente, a do filósofo francês Régis Debray, *Revolução na*

---

<sup>7</sup> A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda armada brasileira é um tema sob o qual se debruçaram diversos pesquisadores, direta ou indiretamente. Para maior aprofundamento, ver Barão (2007); Rollemberg (2001); Sales (2005).

*Revolução?*, de 1966. Apesar de divergentes em alguns pontos<sup>8</sup>, convergiam em um ponto: um tipo específico de voluntarismo, fortemente baseado em uma concepção de luta de pequenos grupos, armados, que pudessem, através de suas ações, desencadear o processo revolucionário, principalmente, a partir do campo.

Em *A guerra de guerrilhas*, Che, através da análise da revolução vitoriosa em Cuba, concebe que se criou uma nova possibilidade para o “povo libertar-se de um governo que o oprime” (GUEVARA, 1987, p. 13). A experiência cubana trouxe três contribuições fundamentais para os movimentos revolucionários latino-americanos:

“1) as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. 2) nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las. 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser, fundamentalmente, o campo” (ibid., p.13).

Em uma crítica ácida aos que considerava pseudo-revolucionários, que, de uma forma mecânica, esperam que “se deem todas as condições objetivas e subjetivas necessárias, sem preocupar-se de acelerá-las” (ibid., p.14), Che Guevara indicava que os três pontos supracitados, resultantes da experiência cubana, “(...)son las aportaciones para el desarrollo de la lucha revolucionaria em América, y pueden aplicarse a cualquiera de los países de nuestro continente em los cuales se vaya a desarrollar una guerra de guerrillas” (id. 1968, p. 552). Em especial, propunha a necessidade de criação do foco guerrilheiro, que serviria como embrião do exército guerrilheiro, tendo em vista acelerar o processo revolucionário. Para isso, sintetiza, tática e estrategicamente, de que modo a guerrilha se insere na luta pela tomada do poder. Descreve que a

---

<sup>8</sup>A principal divergência entre as propostas de foco guerrilheiro em Che e Debray relaciona-se à necessidade do apoio das massas na construção do foco. Ao contrário de Debray, que desvaloriza completamente as ações que visassem um contato com as massas na criação do foco guerrilheiro, Che propõe, mesmo que de forma matizada, que “a luta guerrilheira é uma luta de massas, é uma luta popular: a guerrilha, como núcleo armado, é a vanguarda combatente do mesmo, sua grande força reside na massa da população” (GUEVARA, 1987, p. 15). Para além, em um texto explicativo sobre este primeiro, de 1963, confirma: “(...) la guerra de guerrillas es una guerra del pueblo, es una lucha de masas. Pretender realizar este tipo de guerra sin apoyo de la población, es el preludio de un desastre inevitable” (id., 1968, p. 551).

guerrilha só pode se desencadear onde se esgotaram “as possibilidades de luta cívica”, realçando sempre suas principais características: mobilidade, surpresa e flexibilidade.

Neste sentido, imbuído da necessidade de criação do foco, constrói-se a imagem do guerrilheiro: reformador social e combatente. Como reformador social, desponta “como elemento consciente da vanguarda popular”, devendo “ter uma conduta moral que o acredite como verdadeiro sacerdote da reforma que pretende”. Como combatente, o guerrilheiro “deve arriscar sua vida quantas vezes for necessário, estar disposto a rendê-la sem a menor sombra de dúvida no momento preciso. ” Ademais, não pode esmorecer diante de situações adversas, pois “deve estar sempre pronto a ter uma atitude otimista perante as circunstâncias, e a encontrar uma decisão favorável ainda que nos momentos em que a análise das condições adversas e desfavoráveis não resulte num apreciável saldo positivo” (*id.*, 1987, p. 39-42). Portanto, através dessas características, caberia ao guerrilheiro, dotado de qualidades políticas e militares, *criar um, dois, três Vietnãs*.

Debray, participante da guerrilha de Che na Bolívia, por sua vez, eleva o voluntarismo presente na obra de Guevara a um novo patamar, contribuindo, significativamente, para criação da falsa imagem de que a revolução cubana foi fruto, unicamente, da tenacidade militar dos guerrilheiros que desembarcaram do Granma. Amparado pelo governo cubano, que financiou duzentas mil cópias de seu ensaio (QUARTIM DE MORAES, 1997), ele eleva a um nível superior a necessidade da tenacidade militar do revolucionário, desprezando o apoio das massas, a prática partidária e as reflexões teóricas. Sobre o apoio das massas, o filósofo francês, ao desconsiderar os movimentos de massa que sustentaram, nas cidades, a guerrilha da *Sierra*, propõe que, a exemplo de Cuba, em toda a América Latina deveriam ser preparados focos guerrilheiros, uma vez que:

“É preciso ir do menor ao maior. (...) O menor é o foco guerrilheiro, núcleo do exército popular, e não é uma frente que cria esse núcleo, mas o núcleo ao desenvolver-se que permitirá criar uma frente nacional revolucionária. (...) É o motorzinho que coloca em marcha o ‘grande motor’, as massas, e precipita a formação de uma frente na ascensão das vitórias obtidas pelo motorzinho” (Debray, s.d., p. 58).

A reboque, se o foco guerrilheiro é o fundamental no desenvolvimento do processo revolucionário, constrói-se, também, a idealização do guerrilheiro tenaz, sobrepondo qualidades militares às políticas, uma vez que “políticos puros – que querem continuar a sê-lo – não servem para dirigir a luta armada do povo; os ‘militares’ puros servem, e dirigindo uma guerrilha, vivendo-a, convertem-se em ‘político’ também” (*ibid.*, p.63). Consolida-se, portanto, a construção imagética do guerrilheiro como um quadro político-militar da revolução, que deve desprezar toda e qualquer discussão teórica, pois: “Os melhores mestres do marxismo-leninismo são os inimigos enfrentados” (*ibid.*, p. 81). Portanto, vinculando-se à experiência cubana que prescindiu de um partido comunista, aos moldes leninistas, Debray satiriza as atividades partidárias, mostrando que através delas:

“Elaboram-se programas esplêndidos, abundantemente distribuídos no estrangeiro, ignorados no interior, e se acredita estar em paz com a história porque se colocou o futuro em programa, sem se ocupar sequer de obter os meios de realizá-lo ainda que apenas seja em sua primeira fase. (...). Uma vez mais, apesar de todas as experiências adquiridas até hoje, são criadas instituições antes dos fatos” (*ibid.* p. 57-58).

Nessa perspectiva, podemos notar que Debray propõe a negação do esforço teórico, contribuindo, assim, para construção do imaginário *anti-teoricista* na luta armada, que apesar das críticas, como ocorreram dentro da própria DI-GB, encontrou abrigo nas organizações de esquerda armada por aparecer como contraponto às práticas políticas do PCB, derrotadas pelo golpe de 1964, consideradas paralisantes. Corrobora com essa análise a entrevista de Daniel Aarão Reis Filho, militante da DI-GB e participante desse processo:

“A esquerda brasileira, a esquerda que fazia luta armada naquela época, era uma esquerda muito prática. Até em reação à esquerda pré-64, que era uma esquerda muito palavrosa, que falava muito e fazia pouco. A esquerda armada, portanto, tinha um certo culto da ação, vamos a prática, nada de teoria, estamos cansados disso” (Reis Filho, 1987).

Em síntese, como ponto fundamental, a teoria foquista, seja de Che Guevara ou Debray, influenciou na consolidação do voluntarismo dentre os militantes da DI-GB e, grosso modo, na quase totalidade das organizações de

esquerda armada. Impulsionaram a consolidação do imperativo da ação que, entre outros fatores, atuou como forte barreira moral para a autocrítica dessa forma de luta política, tendo em vista a marginalização social crescente que acometeu as organizações nos anos subsequentes.

O otimismo diante das situações mais adversas, as leituras conjunturais sempre favoráveis, o poder das ações armadas dos pequenos grupos em desencadear o processo revolucionário, mesmo sem o apoio das massas. A revolução baseada na vontade, como apontava a máxima da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS): “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. Todos esses fatores, que transcendiam os livros e encarnavam na figura do próprio Che, assassinado na Bolívia tentando provar a validade de sua teoria, faziam parte do imaginário. Aliás, nem sua morte, quando completamente isolado na região de Ñancahuazu, serviu para esfriar o ímpeto revolucionário dos comunistas brasileiros, uma vez que, como dizia Debray, ao guerrilheiro caberia desencadear “uma guerra de morte, que já não admite tréguas, retrocessos ou conchavos. Vencer é aceitar, desde o princípio que a vida não é o bem supremo do revolucionário” (DEBRAY, s.d., p. 37).

## Desconstruindo o dualismo brasileiro

Além do contexto internacional, que apontava para o protagonismo dos países periféricos na internacionalização do socialismo, o documento propõe uma análise sobre a sociedade brasileira que, combinada com a análise da conjuntura internacional, davam o tom de que o caminho inevitável era a tomada do poder, propondo imediatamente a revolução socialista e desbancando, de uma só vez, a visão dualista da sociedade brasileira e a perspectiva etapista do processo revolucionário, posições políticas encampadas pelo PCB.

Para a DI-GB, a “sociedade brasileira caracteriza-se por sua estrutura capitalista de produção”. Ao contrário da leitura política do PCB, não eram os resquícios feudais que impediam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, mas sim as relações capitalistas de produção. Aliás, para além das cidades, também no campo destacavam-se “as relações de produção capitalistas,

seja pela quantidade, seja pela qualidade. A própria produção no campo é uma economia de mercado e não de subsistência, fechada em si mesma”. Ademais, as relações de produção capitalistas são consequências do domínio imperialista, que não é um elemento externo à nação, mas sim interno, uma vez que “com ele se identifica a classe de patrões nacionais”. Nesta linha, a burguesia nacional era apontada como sócia-menor do capital internacional, portanto, contrarrevolucionária, preferindo a integração à disputa, que “colocaria em risco a sua própria condição de classe exploradora”. Assim, mantinha-se em voga a necessidade da revolução anti-imperialista, já que constatada a integração entre a burguesia nacional e o imperialismo, pois “as classes revolucionárias, ao destruir o imperialismo, destroem necessariamente a burguesia local brasileira a ele integrada, o que em resumo é o próprio sistema capitalista”. Com a vinculação entre a burguesia nacional e o imperialismo, tornava-se natural que a contradição fundamental e principal da sociedade brasileira “é a que põe em choque burguesia e proletariado”, pois, “está tão aguda a contradição capital versus trabalho, tão ligada à pressão imperialista do sistema, que as lutas revolucionárias desembocam, fatalmente, na negação da sociedade atual”. Em síntese, “(...) fica definida a etapa socialista da Revolução Brasileira” (DI-GB, 1969, p. 1-3).

Nota-se, neste trecho, dois movimentos argumentativos importantes: por um lado, a perspectiva de integração e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, demonstrando uma leitura fortemente baseada na esquemática da submissão da burguesia e do estado brasileiro ao imperialismo, descaracterizando qualquer análise que considerasse a autonomia da classe dominante nacional, sempre subjugada aos interesses externos. Por outro, a visão de que as condições objetivas estavam postas para o início do processo revolucionário, visto a ênfase no aguçamento das contradições entre capital e trabalho. Ambas respaldadas em referências teóricas postas naquele contexto, algumas delas apropriadas seletivamente.

Para a argumentação de integração e desenvolvimento do capitalismo no Brasil influíram, inicialmente, as perspectivas apontadas pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), propostas ainda antes do golpe de 1964 e um dos motores iniciais para as críticas que se espalharam contra o PCB. Segundo Badaró Mattos, partindo de referências

diversas, como Trótski, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Brandler e Talheimer, para a POLOP:

“o Brasil era um país já plenamente capitalista, inserido na dinâmica da fase imperialista deste sistema, e, portanto, o ataque ao imperialismo só poderia ser consequente se empreendido em uma perspectiva anticapitalista, o que conferia à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora” (MATTOS, 2002, p. 197).

Além das posições defendidas pela POLOP, exerceram forte influência duas referências teóricas gestadas naquele contexto. De um lado, Caio Prado Junior, com *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966, e, de outro, a análise sobre a questão agrária brasileira empreendida pelo sociólogo e economista norte-americano André Gunder Frank<sup>9</sup>, *A Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo*, de 1964.

O historiador brasileiro tinha por objetivo analisar a realidade brasileira para criticar, duramente, as análises conjunturais do PCB, que vinculadas a “esquemas abstratos e preestabelecidos” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 19), teriam, em parte, possibilitado o golpe. Para isso, ao contrário do desenvolvimento dos modos de produção pelos quais passaram os países europeus, o Brasil, no período colonial, já estava integrado ao capitalismo mercantil, portanto, nunca teria passado por uma fase feudal, sendo assim impossível haverem resquícios feudais no campo. Neste sentido, a exemplo do que vimos sobre a análise da DI-GB, os polos principais da estrutura social do campo não seriam o senhor e o camponês, mas sim “(...) o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado” (*ibid.*, p. 105). Ademais, a penetração do capital financeiro no Brasil não teria sido uma ruptura com o modo de produção anterior, mas:

“resultante natural da evolução de um sistema econômico em que o nosso país já se achava enquadrado. O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e

---

<sup>9</sup> Gunder Frank, em conjunto com Theotônio dos Santos, Ernesto Martins e Rui Mauro Marani, intelectuais ligados à POLOP, tornaram-se os expoentes da chamada *Teoria da Dependência*, que no sentido dado por Weffort e sintetizado por Ridenti: “(...) não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países ‘dependentes’ só poderia ser mantido pela força bruta das ditaduras” (RIDENTI, 2010, p. 35).

tem suas raízes no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram” (*ibid.*, p. 81).

Todavia, conforme nota Gorender, apesar dessa influência, as propostas de Caio Prado, presentes no livro, não propunham opções extremadas, como a luta armada, mas uma tática defensiva de luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Assim, filtrava-se apenas a perspectiva sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil (GORENDER, 2014, p. 83-84).

Nesta mesma direção analítica, de integração do Brasil ao sistema capitalista, aponta o trabalho de André Gunder Frank. Influenciado pela análise de Trotski sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial<sup>10</sup>, ao se debruçar sobre a questão agrária brasileira, tinha como objetivo, à mesma maneira de Caio Prado Júnior, combater a tese *dualista* de análise da sociedade brasileira.

Em *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo*, aponta que para entendermos a agricultura no Brasil, deveríamos compreender, primeiro, o subdesenvolvimento, ou melhor, o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Para essa compreensão, propunha que o capitalismo “(...) representa um só sistema” e por natureza “produz desenvolvimento e subdesenvolvimento”. Neste sentido, o “(...) subdesenvolvimento do Brasil é tão natural do sistema como o desenvolvimento dos Estados Unidos” (FRANK, 2012, p. 58). Portanto, ao contrário das análises que percebiam o atraso rural relacionado aos resquícios feudais e o progresso urbano relacionado ao desenvolvimento do capitalismo, Gunder Frank propôs uma integração entre os dois fenômenos, como partes naturais de um sistema socioeconômico que as gera. Assim, a agricultura brasileira “(...) só pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento-subdesenvolvimento capitalista mundial” (*ibid.*, p. 65). Ademais, para além da caracterização da integração do Brasil, desde o período de colonização, à esfera de exploração, seja do capitalismo mercantil ou do capitalismo monopolista, a análise de Gunder Frank, a partir da lógica desenvolvimento-subdesenvolvimento, torna-se importante para os dissidentes, pois, à maneira do ensaio de Baran e Sweezy supracitado, Gunder Frank

---

<sup>10</sup> Para maiores detalhes, ver Ridenti (1997).



expande o argumento da cadeia de exploração para o contexto nacional, evidenciando o mesmo mecanismo para as diversas regiões do Brasil:

“Esse desenvolvimento simultâneo de riqueza e pobreza desiguais pode ser visto também em regiões de um mesmo país. As relações (...) entre o Sul e o Nordeste do Brasil são, fundamentalmente, as mesmas que existem entre a metrópole e suas regiões subdesenvolvidas” (*ibid.*, p. 63).

É importante essa caracterização pois, neste sentido, as regiões rurais aparecem como elo final de uma extensa cadeia mundial de exploração, sendo, portanto, um local estratégico de desenvolvimento do processo revolucionário. Com relação ao aguçamento das contradições, serviram, também, como referências teóricas, os textos de Celso Furtado que desenvolviam a tese de estagnação duradoura, em especial, *Dialética do desenvolvimento*, publicado em 1964, e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966. Neste último, especialmente, há a formalização de “um modelo econômico dualista em que o setor industrial moderno dos países subdesenvolvidos atinge um ponto de equilíbrio estacionário com o setor arcaico da economia de subsistência” (GORENDER, 2014, p. 85). Apesar de, mais adiante, em 1968, com *Um projeto para o Brasil*, Furtado expor a possibilidade do rompimento da estagnação com uma série de medidas baseadas em propostas keynesianas, os leitores da esquerda armada selecionavam da tese de estagnação a perspectiva da insustentabilidade do capitalismo no Brasil, que tentava sua última cartada com a imposição da ditadura. Assim, fundamentava-se a criação da “utopia do impasse”.<sup>11</sup>

Portanto, a partir da síntese entre a análise da cadeia de exploração resultante do capitalismo monopolista, que impulsiona os países periféricos à vanguarda da revolução mundial, e a integração completa do Brasil na lógica capitalista, as condições objetivas estavam dadas. Caberia, apenas, criar as condições subjetivas, que, à influência do foquismo, realizar-se-iam através da guerra revolucionária, “processo inevitável para o qual os revolucionários devem preparar-se e preparar as massas, especialmente o proletariado” (DI-GB, 1969, p. 4).

---

<sup>11</sup> Expressão de Daniel Aarão Reis Filho (1990).

## Entre o partido de vanguarda e o foco guerrilheiro

Embora muito influenciados pelas propostas do foquismo cubano, conforme apontamos anteriormente, o documento político aponta que a DI-GB procurou, ao menos nesse momento, escapar ao militarismo “puro”.<sup>12</sup> Neste sentido, matizavam as perspectivas foquistas com as perspectivas clássicas do partido de vanguarda propostas por Lênin<sup>13</sup>, em especial, postas no *Que Fazer?* (1986), de 1902, uma das principais obras do revolucionário bolchevique lidas pelos dissidentes, propondo uma atuação não restrita ao campo, mas também focada em ações de agitação e propaganda nas cidades.

Inicialmente, procurando conjugar as duas perspectivas, desenvolvem uma visão híbrida, ao conceituarem o que entendem por guerra revolucionária, construindo uma visão crítica em relação à sobreposição das características militares às políticas, como propunha Debray:

“como um processo político e não como explicitação militar da luta política. (...). GR [guerra revolucionária] não é o foco guerrilheiro ou insurreição urbana. *O processo armado não está contido nesta ou naquela forma de GR. Ele é muito mais do que isso porque não só engloba todas as formas armadas de luta, como também uma infinidade de formas não armadas que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta*” (DI-GB, 1969, p. 4, grifos nossos).

---

<sup>12</sup> O termo militarismo: “(...) dicionarizado como indicativo da preponderância dos militares na vida política, recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas militaristas eram aquelas que adotavam formas de luta e propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas” (GORENDER, 2014, p. 94).

<sup>13</sup> É importante evidenciar que não caracterizamos as perspectivas de partido de vanguarda, desenvolvidas por Lênin, através de um prisma monolítico. Conforme aponta Johnstone: “(...) em Lênin, (...) há mais de um modelo de partido. Baseando-se em suas análises teóricas e em sua avaliação política das diferentes condições existentes em dado momento em um país particular, Lênin favoreceu alternadamente um partido reduzido de quadros ou um grande partido de massa, com estruturas internas que iam do cupulismo conspirativo à mais ampla democracia” (JOHNSTONE, 1985, p. 15-16). Deve-se ressaltar, contudo, que aqui faremos referência, exclusivamente, às perspectivas propostas no *Que Fazer?*.

Nessa perspectiva, propunham importância à função das massas no processo revolucionário, conforme vemos nesse trecho:

“Os comunistas devem negar as duas concepções errôneas acerca da relação vanguarda-massa. Primeiro, a que considera apenas uma variável – a vanguarda – que subestima a participação das massas no processo revolucionário e que substitui o papel das massas pela atuação militar da vanguarda. Segundo, a concepção que se restringe à outra variável – a massa – desconhecendo o papel revolucionário da vanguarda, colocando-a a reboque da massa. *Compreender a justa relação entre vanguarda e massa significa dar àquela o seu papel histórico de apontar teórica e praticamente objetivos e caminhos que as massas assimilem em seu processo político*” (*ibid.*, p. 5, grifos nossos).

Contudo, deve-se salientar que, apesar de atribuírem um papel importante ao movimento de massas, visavam desvincular as massas de outras formas de organização, que não fossem os grupos político-militares. Visavam, principalmente, a negação dos sindicatos como forma de organização, com objetivo de alertar a massa sobre “(...) seu caráter de conciliação com a burguesia” (*ibid.*, p. 10). Em parte, a postura esquerdista dos dissidentes com relação à atuação nos sindicatos estava respaldada ainda na leitura, também esquerdista, de Lênin no *Que Fazer?*. Naquele momento, o revolucionário russo, alimentando a sua tese central de distinção entre espontaneidade e consciência, aponta que o sindicalismo:

“implica precisamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia. Por isso, a nossa tarefa, a tarefa da social-democracia, consiste em *combater a espontaneidade*, em fazer com que o movimento operário *se desvie* desta tendência espontânea do trade-unionismo, de se acolher debaixo da asa da burguesia, e em atraí-lo para debaixo da asa da social-democracia revolucionária” (LÊNIN, 1986, p. 108).

Portanto, deixando de lado a atuação nos sindicatos, os dissidentes consolidariam a síntese entre a visão do foquismo cubano e a perspectiva de trabalho política proposta no *Que Fazer?*, ao desenvolverem a tática da propaganda armada, que objetivava “estimular lutas políticas e econômicas locais, propagar elementos estratégicos e fornecer exemplos concretos de viabilidade da luta contra as forças repressivas” (DI-GB, 1969, p. 7). Não raro

foram ações de propaganda armada em portas de fábricas, combinadas com a entrega de um jornal operário confeccionado pelo grupo, de nome *Força operária*, buscando agregar os trabalhadores urbanos em torno da luta armada.

Por fim, sintetizando a apropriação teórica seletiva das referências tático-estratégicas, resumiam a combinação que faziam, ao descrever o objetivo político diante da conjuntura analisada:

“Levar a efeito as formas não estratégicas e abandonar a preparação do foco, é despreparar-se para os momentos decisivos, em que a preparação militar adequada, o conhecimento de áreas propícias, etc, serão requisitos indispensáveis para o avanço da GR; (...) Em contrapartida, preparar-se para a forma estratégica e não desenvolver a prática das formas não estratégicas no trabalho político militar junto à classe operária, é não entender a relação entre a forma estratégica, foco, e as não estratégicas; é não encarar o processo armado a partir de uma ótica operária; é reduzir as condições necessárias à eclosão do foco à capacidade de um punhado de bravos” (ibid., p. 9).

### O aspecto individual da opção pelas armas

Além dos influxos teóricos que estão claramente postos no percurso analítico que fizemos a respeito da linha política, para obtermos um quadro completo sobre a adesão da DI-GB à luta armada, devemos mobilizar outra chave interpretativa, que não é possível por intermédio da análise sobre partidos políticos, conjunturas, seja nacional ou internacional, e modelos revolucionários. Para isso, é necessário que, além do já exposto, avaliemos a opção pela luta armada a partir da perspectiva individual, dos sujeitos históricos constituintes da organização, com os quais se relacionam, intimamente, o questionamento do *status quo* dos costumes. Situados e atuantes em um contexto histórico fortemente questionador das referências normativas da sociedade, tendo como principal expoente, em esfera mundial, o ano de 1968, à opção pela luta armada se agregava uma possibilidade de revolução individual,

existencial, que rompesse, mesmo que parcialmente<sup>14</sup>, com os padrões sociais. César Benjamin, por exemplo, entrou para a organização em 1969, com então quatorze anos, e em depoimento ressalta a perspectiva individual de sua opção, relacionando-a com o contexto da época:

“Eu acho que essa época, não só na militância, mas em diversos outros aspectos, tem uma coisa muito interessante: viver seu próprio discurso. (...) me parece que é uma coisa que está no contexto cultural da época, não só na política. É uma práxis, em todos os sentidos. (...) [A opção] pela luta armada foi, também, uma crítica de costumes. Para mim, pelo menos, e para as pessoas que eu convivi, 1968 foi um ano extremamente libertador. [A luta armada] era uma opção por um outro modo de vida. Você não pode fazer luta armada com família, filho, trabalho. Então, nesse sentido, há embutido na opção pela luta armada uma opção de costumes também” (BENJAMIN, 1986).

Em específico para as mulheres, o questionamento do matrimônio, a possibilidade de utilização da pílula anticoncepcional e o amor livre apareciam com força na possibilidade de romper com o papel social que lhes era atribuído socialmente. Dentro dessa perspectiva, a opção pela luta armada também adquire um sentido de revolução pessoal, de opção de vida, com o objetivo de quebrar padrões estabelecidos, promovendo um “encontro marxismo-feminismo”<sup>15</sup>, que impulsionava, conseqüentemente, uma nova posição da mulher dentro de uma organização comunista. O depoimento de Vera Sílvia é emblemático neste sentido, evidenciando o aspecto individual da opção pela

---

<sup>14</sup> É importante salientar que essa ruptura com os costumes, apesar de radical, se apresentava como uma ruptura seletiva, deixando de fora aspectos importantes como a homossexualidade e o uso de substâncias ilícitas. Daniel Aarão Reis Filho, por exemplo, ressalta, em depoimento, essa seletividade, enfatizando o bloqueio em relação a essas duas questões: “A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas. Eu me lembro que havia uma turma nossa que consumia droga mais leve, maconha, e que muito depois a gente veio a saber na direção da organização. Eles nos disseram, muito depois que a coisa se tornou clara, que era um perrengue você fumar um baseado naquela época, porque você tinha que se defender da repressão política de direita e da repressão da militância de esquerda que também não admitia essas liberdades” (REIS FILHO, 2005, p. 27). Arnaldo Chain, relembra, inclusive, que neste processo houve uma determinação da organização contra o uso da maconha, evidenciando a barreira moral com relação ao uso de drogas na DI-GB (CHAIN, 1988, p. 5).

<sup>15</sup> A expressão é de Maria Lygia Quartim de Moraes (2007).

luta armada, que se aproxima do depoimento de César Benjamin, descortinando as consequências desse marco fundador para sua geração:

“Eu tinha, na minha cabeça, que precisava fazer uma revolução pessoal. Uma proposta de relação afetiva diferente, achava um bode aquela perspectiva de casamento dos meus pais, queria ser melhor. Era uma coisa importante, ter uma relação igual com um homem. Essa foi uma batalha importante, para mim, naquela época. A militância foi uma forma de ruptura com tudo isso. Era uma forma de sair de tudo isso e parecia que levaria a um caminho revolucionário. A revolução era de costumes também, não era só uma revolução social. Em determinados momentos, em termos de opção individual, enquanto agentes, enquanto sujeitos dessa história, o grande motor foi uma ruptura dos costumes” (MAGALHÃES, 1986).

Operando essa união entre a luta armada como possibilidade de revolução social e individual, para além do contexto histórico, algumas referências teóricas balizavam o imaginário dos dissidentes. Por um lado, podemos notar a aproximação entre marxismo e existencialismo, trazida, especialmente, pelo filósofo francês Jean Paul Sartre<sup>16</sup>. Ademais, demonstrando de modo mais claro essa perspectiva de ruptura com os costumes, está a obra de Wilhelm Reich, *A revolução sexual* (1981), publicado pela primeira vez em 1936. Partindo de uma perspectiva relacional entre psicologia e sociologia, o autor promove uma crítica ácida à moral sexual vigente na sociedade, relacionando-a ao capitalismo. Objetivando o matrimônio como pedra angular dessa moral sexual, que reprime os indivíduos e constrói um muro “entre eles e a vida” (REICH, 1981, p. 20), percebe na revolução social o caminho para destruição dessa moral e fruição dos indivíduos reprimidos sexualmente. Conforme suas próprias palavras: “Toda moral nega a própria vida, e a revolução social parece não ter tarefa mais importante do que possibilitar finalmente ao homem, ao ser humano vivo, a satisfação e a realização de sua vida” (*ibid.*, p. 31).

Portanto, para os dissidentes, relacionando o contexto e o universo teórico que congregava as duas perspectivas revolucionárias, social e individual, a opção pela luta armada despontava como um processo de construção

---

<sup>16</sup> Os dissidentes liam, especialmente, *Marxismo e Existencialismo* e *Os caminhos da liberdade (A idade da razão)*.

individual, que, na própria prática revolucionária, romperia não apenas com a estrutura econômica que oprimia e explorava a grande maioria da população brasileira, mas também possibilitaria a emancipação humana.

## Conclusões

Em síntese, a construção da linha política da Dissidência Comunista da Guanabara foi o coroamento dos embates e posições políticas tiradas da luta interna do PCB e o amadurecimento das concepções sobre qual seria a melhor maneira de dar consequência à guerra revolucionária no Brasil, através de uma miscelânea de referências teóricas sobre as conjunturais nacionais e internacionais, por vezes não congruentes entre si e apropriadas de forma seletiva. Em uma leitura fortemente marcada pelos conceitos-chave *integração e dependência*, ligados ao imperialismo, que legavam a um plano inferior as particularidades e, principalmente, a autonomia do contexto nacional, construiu-se a visão de que o Brasil vivia um impasse que somente seria resolvido fora do sistema capitalista.

À essa leitura conjuntural, respaldados, principalmente, pelas revoluções vitoriosas que difundiam seus modelos revolucionários, respondiam com uma estratégia revolucionária que buscava uma solução imediata, realizada através de uma síntese entre as propostas leninistas clássicas de partido de vanguarda e, especialmente, o foquismo voluntarista cubano, para efetuar a revolução que emanciparia o proletariado e a nação. Para além, não explicitamente exposto na linha política, a opção pela luta armada adquiria, também, especificamente para os militantes da DI-GB, uma perspectiva de ruptura individual, existencial, como possibilidade de, a um só tempo, realizar a revolução social e individual, livre das amarras morais da sociedade capitalista.

Assim, junto a outras organizações, tomou para si o papel de vanguarda representativa dos interesses das massas revolucionárias, que iriam transformar o Brasil em um país autônomo e, principalmente, livre da *exploração do homem pelo homem*. Foram derrotados. Nos anos seguintes, os choques com a repressão, a cada momento mais estruturada, e a consolidação do milagre econômico, por uma perspectiva de modernização conservadora, fariam cair

por terra a perspectiva de existência de uma conjuntura revolucionária.<sup>17</sup> Ao contrário. Estavam diante de uma conjuntura contrarrevolucionária, que os impulsionava, e as demais organizações, ao isolamento social, que acarretou, em curto período de tempo, o abandono da luta armada e/ou destruição física da miríade de agrupamentos.

Apesar da derrota, através do percurso analítico desse artigo, objetivávamos demonstrar que a opção pelas armas era uma opção posta por aquela sociedade, naquele contexto, e não fruto de ingenuidade juvenil, aventureirismo ou heroísmo descabido, como são frequentes as adjetivações do senso-comum a estes militantes.

### Referências bibliográficas

- BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BARÃO, C. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: REIS Filho, D.; QUARTIM DE MORAES, J. (orgs.) *História do marxismo no Brasil*, Campinas: Unicamp, 2007, v. 1.
- BRASIL: NUNCA MAIS. Pasta-Processo: 076. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>
- CARONE, E. *O P.C.B (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, v. 2.
- CHAIN, A. *Entrevista concedida a Daniel Aarão Reis e Vera Sílvia Magalhães, 17 de julho de 1988*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, cx. 2, doc. 26.
- CODARIN, H. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.
- DEBRAY, R. *Revolução na revolução?* São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d.
- DI-GB. *Situação Internacional*. 1969 (mimeo). Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. (AMORJ/UFRJ) Organizações de Esquerda, Série 02.
- FANON, F. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

---

<sup>17</sup> Para maiores detalhes a respeito das políticas repressivas e econômicas da ditadura, ver Fico (2001), Luna; Klein (2014).



- FICO, C. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FRANK, A. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.
- GUEVARA, E. *Obra revolucionaria: organização Roberto Fernandez Retamar*. 2. ed. México, DF: Era, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Guerra de guerrilhas (1961)*. 10 ed. São Paulo: Edições Populares, 1987.
- JOHNSTONE, M. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, E. (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, v. VI.
- LÊNIN, V. I *Obras escolhidas*. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, t. I
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988, t. II
- LUNA, F.; KLEIN, H. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, D.; MOTTA, R.; RIDENTI, M. (orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MAGALHÃES, V. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1986.
- MATTOS, M. Em busca da revolução socialista: A trajetória da POLOP (1961-1967). In: REIS FILHO, D.; RIDENTI, M. (orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002, v. 5 (Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960).
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). *Declaração sobre a política do PCB, 1958*. Disponível em: <https://bit.ly/30ABJFO>. Acesso em: 13/03/2018
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1966).
- QUARTIM DE MORAES, J. Che Guevara: o antiimperialismo em atos. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 5, p.129-143, 1997.
- QUARTIM DE MORAES, M. L. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: REIS FILHO, D.; RIDENTI, M. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2007, v. 6 (Partidos e movimentos após os anos 1960).
- REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

- \_\_\_\_\_. *Entrevista concedida a Marcelo Ridenti*. Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Entrevista*. Memórias do movimento estudantil. Núcleo de História Oral e Memória (TEMPO/UFRJ), 2005.
- \_\_\_\_\_. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, D. A.; QUARTIM DE MORAES, J. (orgs.) *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 161-198, v. 1.
- REIS FILHO, D. A.; MORAES, P. 1968: A paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ecos de Trotski na esquerda armada brasileira. *Estudos de Sociologia*, v. 2, p. 93-95, 1997.
- \_\_\_\_\_. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. *Bulletin of Latin American Research*, v. 37, n. 1, p. 33-42. 2018.
- ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SALES, J. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Campinas (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.